



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 51/XII/ 1.ª SL

Aos 02 dias do mês de Maio de 2012, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das Atas n.º 48/XII, 49/XII e 50/XII, referentes, respetivamente, às reuniões de 18, 20 e 24 de abril

2. Informações;

3. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias

a) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO sobre o congelamento e o confisco do produto do crime na União Europeia [COM(2012)85] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Autor de Parecer: Sérgio Azevedo (PSD)

b) Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a regras contabilísticas e planos de ação para as emissões e absorções de gases com efeito de estufa resultantes das atividades relacionadas com o uso do solo, a reafetação do solo e a silvicultura [COM(2012)93] objeto de relatório e parecer da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

Deputada Autora de Parecer: Maria Helena André (PS)

c) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à melhoria do processo de liquidação de valores mobiliários na União Europeia e às Centrais de Depósito de Títulos (CDT) e que altera a Diretiva 98/26/CE [COM(2012)73] objeto de relatório e parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Deputado Autor de Parecer: Sérgio Azevedo (PSD)

d) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo a um programa da União Europeia para a rotulagem da eficiência energética do equipamento de escritório, que altera o Regulamento



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 51/XII/ 1.ª SL

(CE) n.º 106/2008 relativo a um programa comunitário de rotulagem em matéria de eficiência energética para equipamento de escritório [COM(2012)109] objeto de relatório e parecer da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

Deputado Autor de Parecer: Duarte Marques (PSD)

e) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Desenvolver uma estratégia marítima para a Região Atlântica [COM(2011)782] objeto de relatório e parecer da Comissão de Agricultura e Mar e das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira

Deputados Autores do Parecer: Lídia Bulcão (PSD) e Jacinto Serrão (PS).

f) Proposta de DIRECTIVA DO CONSELHO que altera a Diretiva 98/8/CE do Parlamento Europeu e do Conselho com o objetivo de incluir a substância ativa flufenoxurão, para produtos do tipo 8, no anexo I da mesma [COM(2011)708] objeto de relatório e parecer da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

Deputado Autor de Parecer: Sérgio Azevedo (PSD).

g) Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que torna extensível aos Estados-Membros não participantes a aplicação do Regulamento (UE) n.º -./2012 que estabelece um programa de ação em matéria de intercâmbio, de assistência e de formação para a proteção do euro contra a falsificação (programa «Pericles 2020») e Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece um programa de ação em matéria de intercâmbio, de assistência e de formação para a proteção do euro contra a falsificação (programa «Pericles 2020») [COM(2011)910 e COM(2011)913] objeto de relatório e parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Deputado Autor de Parecer: Pedro Silva Pereira (PS).

h) Parecer relativo à COM(2012)29, Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo entre a União Europeia e a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 51/XII/ 1.ª SL

sobre certos aspetos dos serviços aéreos [COM(2012)29] objeto de relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas

Deputado Autor de Parecer: Jacinto Serrão (PS).

i) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Relatório sobre a avaliação intercalar do programa «Direitos fundamentais e cidadania» para o período 2007-2013 [COM(2011)249] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputada Autora de Parecer: Ana Drago (BE).

j) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração de um novo protocolo que fixa as possibilidades de pesca e a contrapartida financeira previstas no Acordo de Parceria no domínio das pescas entre a União Europeia e a República de Moçambique [COM(2011)801] objeto de relatório e parecer da Comissão de Agricultura e Mar

Deputada Autora de Parecer: Lídia Bulcão (PSD)

k) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo a certas medidas em relação aos países que permitem uma pesca não sustentável para efeitos da conservação das unidades populacionais de peixes [COM(2011)888] objeto de relatório e parecer da Comissão de Agricultura e Mar

Deputada Autora de Parecer: Lídia Bulcão (PSD)

l) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1342/2008 do Conselho, de 18 de dezembro de 2008, que estabelece um plano a longo prazo para as unidades populacionais de bacalhau e para as pescas que exploram essas unidades populacionais [COM(2012)21] objeto de relatório e parecer da Comissão de Agricultura e Mar

Deputada Autora de Parecer: Lídia Bulcão (PSD)

m) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO em aplicação do artigo 184.º, n.º 7, do Regulamento (CE) n.º 1234/2007 do Conselho sobre a execução da medida de promoção dos vinhos em mercados de países terceiros [COM(2011)774], objeto de relatório e parecer da Comissão de Agricultura e Mar

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 51/XII/ 1.ª SL

Deputada Autora de Parecer: Cláudia Aguiar (PSD)

n) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera os Regulamentos (CE) n.º 2008/97, (CE) n.º 779/98 e (CE) n.º 1506/98 do Conselho, em matéria de importação de azeite e outros produtos agrícolas da Turquia, no que diz respeito aos poderes delegados e às competências de execução a conferir à Comissão [COM(2011)918] objeto de relatório e parecer da Comissão de Agricultura e Mar

Deputada Autora de Parecer: Cláudia Aguiar (PSD)

4. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à reciclagem de navios [COM(2012)118] objeto de relatório e parecer da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

b) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa às responsabilidades do Estado de bandeira na imposição do cumprimento da Diretiva 2009/13/CE do Conselho, que aplica o Acordo celebrado pela Associação de Armadores da Comunidade Europeia (ECSA) e pela Federação Europeia dos Trabalhadores dos Transportes (ETF) relativo à Convenção do Trabalho Marítimo, 2006, e que altera a Diretiva 1999/63/CE [COM(2012)134] objeto de relatório e parecer da Comissão de Segurança Social e Trabalho

c) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2006/66/CE, relativa a pilhas e acumuladores e respetivos resíduos, no que respeita à colocação no mercado de pilhas e acumuladores portáteis que contenham cádmio, destinados à utilização em ferramentas elétricas sem fios [COM(2012)136] objeto de relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas e Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

d) Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativo ao exercício do direito de ação coletiva no contexto da liberdade de estabelecimento e da liberdade de prestação de serviços [COM(2012)130] e Proposta de DIRETIVA



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 51/XII/ 1.ª SL

DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO respeitante à execução da Diretiva 96/71/CE relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços [COM(2012)131] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e Comissão de Segurança Social e Trabalho

5. Outros assuntos.

1. Apreciação e votação das Atas n.º 48/XII, 49/XII e 50/XII, referentes, respetivamente, às reuniões de 18, 20 e 24 de abril

A Sra. Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputada Ana Catarina Mendes (PS), que presidiu à reunião, submeteu a votação as atas que foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do BE.

2. Informações

A Sra. Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputada Ana Catarina Mendes (PS), informou sobre as próximas reuniões agendadas, designadamente a reunião, dia 4 de maio, com a Comissária Europeia Viviane Reding, em que participarão igualmente membros das 1ª e 12ª Comissões; a audição do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, sobre o Quadro Financeiro da UE, dia 8 de maio, às 15:00, seguida da reunião ordinária da Comissão, e, dia 9 de maio, às 10:00, audição do Embaixador Fezas Vital.

3. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

Dado estarem a decorrer em simultâneo diversas reuniões de Comissões, houve necessidade de alterar a ordem de apresentação dos pareceres.

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 51/XII/ 1.ª SL

- b) Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a regras contabilísticas e planos de ação para as emissões e absorções de gases com efeito de estufa resultantes das atividades relacionadas com o uso do solo, a reafetação do solo e a silvicultura [COM(2012)93] objeto de relatório e parecer da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

A Sr.ª Deputada Maria Helena André (PS) apresentou o parecer, começando por referir que as alterações climáticas são uma das maiores ameaças com que o planeta se defronta e que existem provas inequívocas de que o clima da Terra está a aquecer. Os principais peritos mundiais em matéria climática atribuem este aquecimento sobretudo à acumulação de gases com efeito de estufa (GEE) decorrentes da atividade humana e à destruição das florestas. O Conselho Europeu confirmou, em Fevereiro de 2011, o objetivo da União Europeia, de, até 2050, reduzir as emissões de gases com efeito de estufa 80-95% comparativamente aos níveis de 1990. A Comissão apresenta esta decisão prevendo um quadro normativo de regras contabilísticas que abranjam o setor relativo ao uso do solo, reafetação do solo e silvicultura. A concluir, referiu que o princípio da subsidiariedade é respeitado.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves agradeceu o relatório e salientou a oportunidade desta iniciativa e o que ela representa para vastas zonas do país e fez votos para que as receitas dela decorrentes possam ir para os que contribuem para a redução dos gases e a sua maior absorção.

Submetido a votação o parecer foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.

- g) Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que torna extensível aos Estados-Membros não participantes a aplicação do Regulamento (UE) n.º -./2012 que estabelece um programa de ação em matéria de intercâmbio, de assistência e de formação para a proteção do euro contra a falsificação (programa «Pericles 2020») e Proposta de REGULAMENTO DO



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 51/XII/ 1.ª SL

PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece um programa de ação em matéria de intercâmbio, de assistência e de formação para a proteção do euro contra a falsificação (programa «Pericles 2020») [COM(2011)910 e COM(2011)913] objeto de relatório e parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Sr. Deputado Pedro Silva Pereira (PS) apresentou o parecer referindo que o Programa Péricles é um programa de ação em matéria de intercâmbio, assistência e formação para a proteção do euro contra a falsificação. A presente Proposta visa assegurar a base jurídica necessária para a continuação do Programa para lá de 2013, de modo a viabilizar a prossecução das ações da Comissão e dos Estados-Membros para a proteção do euro contra a falsificação e a fraude. As avaliações efetuadas à execução do Programa foram positivas e justificam a sua continuação, embora com alguns ajustamentos. Rematou referindo que a presente iniciativa não viola o princípio da subsidiariedade, na medida em que o objetivo a alcançar será mais eficazmente atingido através de uma ação comunitária

Submetido a votação o parecer foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.

h) Parecer relativo à COM(2012)29, Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo entre a União Europeia e a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China sobre certos aspetos dos serviços aéreos [COM(2012)29] objeto de relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas

O Sr. Deputado Jacinto Serrão (PS) começou por referir que as relações internacionais entre os Estados-Membros da UE e países terceiros, no domínio da aviação, têm sido regidas através de acordos bilaterais de serviços aéreos, no entanto, determinadas cláusulas desses acordos bilaterais violam o direito comunitário. Na sequência dos acórdãos do Tribunal de Justiça da União Europeia nos chamados processos “Céu Aberto”, o Conselho autorizou a Comissão a dar início às negociações com países terceiros, para permitir a



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 51/XII/ 1.ª SL

adaptação destes acordos bilaterais ao direito da União. A Comissão negociou um Acordo com a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China que altera ou substitui parte dos 15 acordos atualmente existentes. Concluiu referindo que a presente iniciativa não viola o princípio da subsidiariedade, na medida em que o objetivo a alcançar será mais eficazmente atingido através de uma ação da União.

Submetido a votação foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.

- a) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO sobre o congelamento e o confisco do produto do crime na União Europeia [COM(2012)85] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

O Sr. Deputado Sérgio Azevedo (PSD) apresentou o parecer, começando por referir que a presente proposta de diretiva visa facilitar o confisco e a recuperação pelas autoridades dos Estados-Membros dos produtos do crime provenientes da criminalidade grave e organizada transnacional. A proposta dá uma resposta ao contexto económico atual de crise financeira e de desaceleração do crescimento económico, que tem criado novas oportunidades para os criminosos. Referiu que, embora regulamentado pelas legislações nacionais e pelas normas da UE, o confisco de bens de origem criminosa é muito poucas vezes utilizado. O montante total recuperado no quadro da UE é muito modesto, quando comparado com os ganhos estimados dos grupos de criminalidade organizada. Destacou os conceitos de “confisco alargado”, “confisco não baseado numa condenação” e “confisco de bens terceiros”. Referiu por fim que a presente iniciativa não viola o princípio da subsidiariedade, na medida em que o objetivo a alcançar será mais eficazmente atingido através de uma ação da União.

Submetido a votação foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 51/XII/ 1.ª SL

d) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo a um programa da União Europeia para a rotulagem da eficiência energética do equipamento de escritório, que altera o Regulamento (CE) n.º 106/2008 relativo a um programa comunitário de rotulagem em matéria de eficiência energética para equipamento de escritório [COM(2012)109] objeto de relatório e parecer da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

O Sr. Deputado Duarte Marques (PSD) destacou o facto de o objetivo da presente proposta ser o de adaptar a aplicação do programa Energy Star a um novo acordo. O programa Energy Star é aplicado na UE com base num acordo entre o Governo dos Estados Unidos da América e a Comunidade Europeia sobre a coordenação dos programas de rotulagem em matéria de eficiência energética do equipamento de escritório, que terminou em dezembro de 2011. Referiu ainda que esta iniciativa não viola o princípio da subsidiariedade, na medida em que o objetivo a alcançar será mais eficazmente atingido através de uma ação da União.

Submetido a votação foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.

c) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à melhoria do processo de liquidação de valores mobiliários na União Europeia e às Centrais de Depósito de Títulos (CDT) e que altera a Diretiva 98/26/CE [COM(2012)73] objeto de relatório e parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Sr. Deputado Sérgio Azevedo (PSD) referiu que as Centrais de Depósito de Títulos (CDT) são instituições importantes para os mercados financeiros, a nível sistémico. Existem mais de 30 CDT na UE, normalmente uma por país, e duas CDT com carácter internacional. Embora sejam, de um modo geral, seguras dentro das fronteiras nacionais, as CDT articulam-se e comunicam de forma menos segura através das fronteiras, o que significa que os investidores enfrentam riscos



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 51/XII/ 1.ª SL

e custos mais elevados quando realizam investimentos transfronteiras. O regulamento proposto visa aumentar a segurança do sistema e abrir o mercado dos serviços de CDT, melhorando assim a eficiência da liquidação de valores mobiliários. Referiu ainda o facto de esta iniciativa ter obtido amplo apoio político. Considerou, a finalizar que esta iniciativa não viola o princípio da subsidiariedade, na medida em que o objetivo a alcançar por esta será mais eficazmente atingido através de uma ação da União

Submetido a votação foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.

- f) Proposta de DIRECTIVA DO CONSELHO que altera a Diretiva 98/8/CE do Parlamento Europeu e do Conselho com o objetivo de incluir a substância ativa flufenoxurão, para produtos do tipo 8, no anexo I da mesma [COM(2011)708] objeto de relatório e parecer da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

O Sr. Deputado Sérgio Azevedo (PSD) apresentou de forma sucinta o Parecer, começando por destacar que, nos termos da Diretiva 98/8/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Fevereiro de 1998, relativa à colocação de produtos biocidas no mercado, deve ser executado um programa de trabalho destinado à análise de todas as substâncias ativas de produtos biocidas já presentes no mercado em 14 de Maio de 2000.

O flufenoxurão foi identificado como substância ativa existente e avaliado no contexto do referido programa de trabalho. Rematou considerando que a presente iniciativa não viola o princípio da subsidiariedade, na medida em que o objetivo a alcançar será mais eficazmente atingido através de uma ação comunitária.

Submetido a votação foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 51/XII/ 1.ª SL

j) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração de um novo protocolo que fixa as possibilidades de pesca e a contrapartida financeira previstas no Acordo de Parceria no domínio das pescas entre a União Europeia e a República de Moçambique [COM(2011)801] objeto de relatório e parecer da Comissão de Agricultura e Mar

A Sr.ª Deputada Lídia Bulcão (PSD) apresentou o parecer relativo a esta iniciativa, destacando o facto de o novo protocolo estar em conformidade com os objetivos do Acordo de Parceria no domínio das pescas, que visam reforçar a cooperação entre a União Europeia e Moçambique e promover um quadro de parceria para o desenvolvimento de uma política de pesca sustentável e a exploração responsável dos recursos haliêuticos na zona de pesca de Moçambique. Destacou as contrapartidas financeiras fixadas e a respetiva correspondência. Considerou por fim que é respeitado e cumprido o princípio da subsidiariedade uma vez que os objetivos traçados não seriam suficientemente atingidos ao nível de cada um dos Estados-Membros, sendo mais bem alcançados ao nível da União Europeia.

Submetido a votação foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.

k) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo a certas medidas em relação aos países que permitem uma pesca não sustentável para efeitos da conservação das unidades populacionais de peixes [COM(2011)888] objeto de relatório e parecer da Comissão de Agricultura e Mar

A Sr.ª Deputada Lídia Bulcão (PSD) apresentou o parecer relativo a esta iniciativa, começando por referir que o objetivo político geral subjacente à presente iniciativa é o de contribuir para a conservação dos recursos haliêuticos, que é o principal objetivo da política comum das pescas. Referiu depois que o objetivo operacional é dotar a União Europeia de um instrumento comercial, a fim de contribuir para o objetivo geral. Considerou por fim que não cabe, nesta iniciativa, a apreciação do



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 51/XII/ 1.ª SL

princípio da subsidiariedade, dados que estamos no âmbito de matérias abrangidas pela política comum de pescas e pela política comercial comum, ambas da competência exclusiva da União Europeia.

Submetido a votação foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.

- I) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1342/2008 do Conselho, de 18 de dezembro de 2008, que estabelece um plano a longo prazo para as unidades populacionais de bacalhau e para as pescas que exploram essas unidades populacionais [COM(2012)21] objeto de relatório e parecer da Comissão de Agricultura e Mar

A Sr.ª Deputada Lúcia Bulcão (PSD) apresentou o parecer relativo a esta iniciativa, cujo objetivo é alinhar o Regulamento (CE) n.º 1342/2008 do Conselho, que estabelece um plano a longo prazo para as unidades populacionais de bacalhau e para as pescas que exploram essas unidades populacionais com as novas regras do TFUE. O principal objetivo do plano é garantir a exploração sustentável das unidades populacionais de bacalhau nas zonas geográficas a oeste da Escócia e mar da Irlanda com base no rendimento máximo sustentável. Referiu a finalizar que não cabe a apreciação do princípio da subsidiariedade uma vez que a proposta é da competência exclusiva da União Europeia.

Submetido a votação foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.

A Sra. Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputada Ana Catarina Mendes (PS), informou que, embora não estando presente a Sr.ª Deputada Ana Drago (BE) enviou o parecer relativo à seguinte iniciativa, tendo solicitado que procedessem à sua apreciação:

- i) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Relatório sobre a avaliação intercalar do programa «Direitos



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 51/XII/ 1.ª SL

fundamentais e cidadania» para o período 2007-2013 [COM(2011)249] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Depois de o apresentar sumariamente submeteu-o a votação tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do BE.

A apreciação dos restantes Pareceres foi adiada para a próxima reunião.

5. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à reciclagem de navios [COM(2012)118] objeto de relatório e parecer da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado Sérgio Azevedo.

b) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa às responsabilidades do Estado de bandeira na imposição do cumprimento da Diretiva 2009/13/CE do Conselho, que aplica o Acordo celebrado pela Associação de Armadores da Comunidade Europeia (ECSA) e pela Federação Europeia dos Trabalhadores dos Transportes (ETF) relativo à Convenção do Trabalho Marítimo, 2006, e que altera a Diretiva 1999/63/CE [COM(2012)134] objeto de relatório e parecer da Comissão de Segurança Social e Trabalho

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autora do Parecer, a Sr.ª Deputada Maria Helena André.

c) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2006/66/CE, relativa a pilhas e acumuladores e respetivos resíduos, no que respeita à colocação no mercado de pilhas e acumuladores portáteis que contenham cádmio, destinados à utilização em ferramentas elétricas sem fios



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 51/XII/ 1.ª SL

[COM(2012)136] objeto de relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas e Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado Nuno Matias.

d) Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativo ao exercício do direito de ação coletiva no contexto da liberdade de estabelecimento e da liberdade de prestação de serviços [COM(2012)130] e Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO respeitante à execução da Diretiva 96/71/CE relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços [COM(2012)131] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e Comissão de Segurança Social e Trabalho

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autora do Parecer, a Sr.ª Deputada Ester Vargas.

Não havendo outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 11:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 03 Maio 2012.

A VICE-PRESIDENTE

(ANA CATARINA MENDES)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 51/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Ana Catarina Mendonça Mendes
António Rodrigues
Carlos Costa Neves
Duarte Marques
Jacinto Serrão
João Lobo
João Serpa Oliva
José Manuel Rodrigues
Maria Ester Vargas
Maria Helena André
Pedro Silva Pereira
Sérgio Azevedo
Vitalino Canas
Lídia Bulcão

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Francisco de Assis
Paulo Mota Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Drago
Carlos São Martinho
Cláudia Monteiro de Aguiar
Honório Novo
Nuno Filipe Matias